

SESSÕES DO PLENÁRIO

97ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 24 de outubro de 2023.

PRESIDENTE: DEPUTADO VITOR BONFIM (AD HOC)

À hora regimental, 14h45, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos(as) senhores(as) Deputado(as): Adolfo Menezes, Alan Sanches, Alex da Piatã, Angelo Coronel Filho, Antônio Henrique Jr, Binho Galinha, Bobô, Cafú Barreto, Cláudia Oliveira, Dr. Diego Castro, Eduardo Alencar, Eduardo Salles, Euclides Fernandes, Fabíola Mansur, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Felipe Duarte, Hassan, Hilton Coelho, Ivana Bastos, Jordavio Ramos, Júnior Muniz, Júnior Nascimento, Jurailton Santos, Kátia Oliveira, Laerte do Vando, Leandro de Jesus, Luciano Araújo, Luciano Simões Filho, Ludmilla Fiscina, Manuel Rocha, Marcelinho Veiga, Marcinho Oliveira, Maria del Carmen, Marquinho Viana, Matheus Ferreira, Nelson Leal, Neusa Cadore, Olívia Santana, Pablo Roberto, Pancadinha, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Penalva, Raimundinho da JR, Ricardo Rodrigues, Roberto Carlos, Robinho, Robinson Almeida, Rosemberg Pinto, Samuel Júnior, Sandro Régis, Tiago Correia, Vitor Azevedo, Vitor Bonfim, Zé Raimundo Fontes e Zó. (57)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Solicito a leitura da ata. (Silêncio)

Srs. Deputados, faço a dispensa da leitura da ata. Submeto a V. Ex.^{as} a dispensa da leitura das atas.

Quem for pela aprovação, pela decisão...

Aprovada a dispensa da leitura das atas.

Em discussão as atas. (Pausa) Não havendo quem queira discutir, os Srs. Deputados que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovadas as atas das sessões anteriores.

Não há expediente a ser anunciado.

Pequeno Expediente. **(Oradores inscritos)**

Os deputados inscritos: deputado Bobô, deputado Pedro Tavares e deputada Olívia Santana.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra a deputada Olívia Santana, pelo tempo de até 5 minutos.

A Sr.^a OLÍVIA SANTANA: Sr. Presidente, colegas deputados e deputadas, eu quero, aqui, saudá-los na tarde de hoje e também destacar a importante audiência pública que nós realizamos nesta Casa, nessa manhã de terça-feira, para debater o significado da Defensoria Pública para o estado da Bahia, a necessidade desta Casa votar o projeto de reestruturação da Defensoria Pública do Estado, com a expectativa de que a gente possa fazer com que essa rede de defensoras e defensores possa chegar a todos os territórios baianos, atendendo a todas as comarcas nos nossos 417 municípios para a população ter acesso ao sistema de Justiça, sobretudo o sistema de defesa dos seus direitos. A Defensoria Pública significa, sobretudo, a defesa da cidadania.

Portanto, eu quero parabenizar a Dr.^a Firmiane Venâncio, que esteve aqui e apresentou um trabalho belíssimo, resultados concretos, objetivos nos diversos projetos e programas que a Defensoria Pública realiza.

Também quero dizer da importância da chegada a esta Casa do programa Bahia Sem Fome, projeto de lei trazido pelo próprio governador Jerônimo Rodrigues, com o objetivo de que a gente possa votá-lo. E eu espero que na tarde de hoje esta Casa vote o Bahia Sem Fome, porque quem tem fome tem pressa.

E esse projeto, certamente, chega num momento absolutamente necessário no sentido de garantir que se ampliem as políticas públicas do Governo do Estado da Bahia, não apenas as doações de cestas de alimentos, mas um conjunto de políticas sociais que possam matar a fome das pessoas e, ao mesmo tempo, abrir caminho para a autossustentação. Sempre digo que a maior política pública que pode existir no combate à fome é a geração de emprego e renda.

As pessoas precisam viver do seu trabalho, do seu salário. Portanto, temos que ter investimentos em nosso estado que ampliem e qualifiquem, aumentem a massa salarial. Por isso é tão importante a atração da BYD. Mas não só, outros investimentos. Trazer uma grande montadora de carros elétricos, como é a BYD, para Camaçari, mas também outros investimentos nas micro e pequena empresas. Temos o polo de couro em Ipirá, temos o polo têxtil de Salvador.

Eu, particularmente, tenho, o nosso mandato, uma relação muito forte com essas estruturas no sentido de garantir mais investimentos, mais políticas públicas em qualificação de mão de obra e geração de emprego e emprego de qualidade, com salário decente, com atenção aos direitos trabalhistas, conforme manda, requer uma civilização estruturada e avançada.

Eu finalizo, aqui, a minha fala, Sr. Presidente, também saudando a secretária Elisângela, que ontem fez um grande encontro dos Crams, das coordenações dos centros de referência e apoio a mulheres em situação de violência. O encontro aconteceu em Feira de Santana. E saímos de lá com o firme propósito de envolver também as deputadas, e não somente as mulheres, mas também os deputados, na busca de mais...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) investimentos, de recursos para a SPM e também para a Sepromi.

Por isso, peço, aqui, mais uma vez, o apoio dos colegas para o projeto que eu dei entrada aqui, que estabelece 5% das nossas emendas parlamentares para serem destinadas ao caixa da SPM e mais 5% para a Sepromi.

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Se todos os 63 deputados designarem, pelo menos, 5% em suas emendas isso fará com que os orçamentos da Sepromi e da SPM dobrem e a gente possa ter mais políticas públicas em nossa cidade.

Então, Sr. Presidente, obrigada por sua tolerância.

Mas saúdo, aqui, também o nosso Rogério. Quero mandar um abraço para ele, que está aqui também, veio me visitar. É o nosso pré-candidato a prefeito de Maraú e fez um grande encontro político, o que revela que a gente vai "chegar chegando" nas eleições de 2024 em Maraú. Um abraço, aí, a Rogério. Às 16 horas vamos ter um encontro com Caetano e vamos discutir as políticas públicas, o projeto para a cidade, em sintonia com o governo Jerônimo Rodrigues.

Obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Pablo Roberto. Agradeço pela participação à deputada Olívia Santana.

O Sr. PABLO ROBERTO: Boa tarde, Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, todos que nos acompanham.

Eu quero, Sr. Presidente, chamar a atenção nesta tarde para o que vem acontecendo no município de Feira de Santana, de forma mais específica, nos distritos de nossa cidade no que se refere à falta de água. Tive a oportunidade de, no final de semana, rodar por muitos distritos e muitos distritos estão sofrendo muito com a falta de água. E a Embasa até agora não tem se posicionado. Prometeu que, por exemplo, lá na Fazenda Brandão, onde há 3 meses a população encontra-se completamente sem água, daria retorno. Em Tiquaruçu, de igual forma também. Aquela comunidade já vem sofrendo há alguns meses. A Embasa também prometeu que iria até a comunidade para dialogar, conversar com a população, explicar o que, de fato, vem acontecendo, e até agora sem nenhuma resposta. Isso tem-se espalhado, tem sido uma constante em praticamente todos os distritos de Feira de Santana.

Eu aproveito a oportunidade, nesta tarde, para fazer esse apelo à Embasa: que possa trabalhar de forma mais rápida, célere para levar água ao homem e à mulher do campo, que vêm sofrendo muito.

Essa história, essa realidade, da falta de água na zona rural de Feira de Santana já se estende há muitos e muitos anos. Sempre a Embasa alega que: as obras de expansão, é adutora, é vazão... Mas nada de concreto vem sendo feito para minimizar esse sofrimento do homem e da mulher do campo.

Sabemos que algumas medidas paliativas vêm acontecendo por parte da prefeitura no que diz respeito ao abastecimento por carro-pipa. O Exército Brasileiro também está ajudando da forma que pode. Mas as obras que são fundamentais para que a água possa chegar às torneiras das nossas populações dos distritos de Tiquaruçu e da

Matinha, da região do Jacu, que está também completamente desabastecida há vários meses... Até agora a Embasa não tem dado nenhuma alternativa.

Mandamos, na semana passada, um *e-mail*, solicitando uma audiência com a gerência regional para que possa explicar ao povo de Feira de Santana, mais uma vez, como eu falei, ao homem e à mulher da zona rural, o que de fato vem acontecendo para haver a falta de água, que é tão importante para a vida de todos nós.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço pela participação, deputado Pablo Roberto.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Próximo orador inscrito, deputado Robinho.

O Sr. ROBINHO: Boa tarde, amigos; boa tarde, meu presidente Vitor.

Na realidade, eu quero falar de um assunto que não precisaria da gente estar aqui reclamando, não precisaria da gente estar usando aqui a tribuna para falar de emendas impositivas.

Foi votada, é uma lei a emenda impositiva, é um direito de todos os deputados, é um valor simbólico para cada deputado. Se você comparar as emendas impositivas do estado da Bahia com as de estados com população ou receitas inferiores às da Bahia... Eu acho que o governo do estado, quando deixa de pagar as emendas impositivas, está se apequenando. Talvez seja um costume que o governador Jerônimo esteja herdando do ex-governador.

Eu passei o mandato anterior, um mandato de 4 anos, Penalva, sem receber emendas impositivas. Entrei com uma ação judicial e a decisão da desembargadora Telma Britto foi favorável. Procurei o colega Rosemberg, líder do Governo: "Rosemberg, eu não quero fazer alarde sobre essas questões, pois são muito pequenas. Vamos nos sentar. Eu quero que o governo pague as emendas." Não pagou. Estive com a desembargadora. Ela colocou uma multa de R\$ 1 mil. Continuou não pagando, notificou o secretário do Planejamento, colocando uma multa de R\$ 5 mil. Por último, deu uma decisão. Eu não vou ler a decisão aqui. Hoje eu liguei para o secretário, mandei a decisão na qual a desembargadora deu 5 dias para pagar as emendas. Se não pagar em 5 dias, vai cortar a energia da Secretaria do Planejamento.

Agora eu pergunto, Robinson: é necessário isso, Robinson? O governador... É um direito, foi aprovado aqui pelos deputados, é um direito.

A decisão foi unânime, o estado nem recorreu, foi à revelia, está nos autos do processo, mas ele não paga as emendas. Será que o governo acha que essas emendas que não são pagas vão tirar, talvez, o mandato? A prova está aí, eu fiquei 4 anos sem receber as emendas no governo anterior e ganhei as eleições! Agora, é se apequenar demais.

O atual governador fez um discurso bonito, dizendo que ia pagar as emendas de todo mundo. Hoje é o dia 24 de outubro, nós já estamos quase em novembro. Então, faltam novembro e dezembro, e as emendas não estão sendo pagas. Governador, é um direito do deputado! Está na lei. Cumpra a lei, governador.

Aproveitando, agora, a oportunidade, eu quero lembrar aqui do projeto de lei do Programa Bahia Sem Fome. O governo da Bahia está há 10 meses governando a Bahia, ...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) o grupo político está há 17 anos, e o discurso é o mesmo: matar a fome do povo. Governa a Bahia há 17 anos. Mas o que o PT, o que a esquerda quer não é matar a fome do povo, não, quer o povo faminto, porque fica fácil de manipular, de manusear, quer o povo vivendo através do Bolsa Família e de auxílios. Mas para o PT isso...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) é muito simples.

A deputada Fátima Nunes usou esta Casa aqui – eu até queria que ela estivesse presente – para dizer que ela é pobre e negra. É muita hipocrisia. Depois de falar que é pobre e negra, (Expressão retirada pela Presidência.)

Um abraço a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Robinho, peço a V. Ex.^a para reconsiderar a última palavra.

O Sr. ROBINHO: Não. Eu não posso mentir, não. Não vou reconsiderar, não. Então, V. Ex.^a tem que pedir para ela vir aqui e dizer a cor dela, porque é ela mais albina do que negra! Ela é mais burguesa do que pobre! Porque não tem deputado pobre aqui, não. Não tem deputado pobre aqui, não! Pelo salário que recebemos e pelas condições que temos, não tem deputado pobre aqui, não. Tem deputado (Expressão retirada pela Presidência.); pobre, não!

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Robinho, não seja ofensivo aos Srs. Deputados.

O Sr. ROBINHO: Eu não estou sendo ofensivo, estou sendo realista.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): A palavra que V. Ex.^a está usando é uma palavra muito dura.

O Sr. ROBINHO: Eu estou usando a palavra que cabe para quem é albino e sobe aqui dizendo que é negro.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Não, deputado.

O Sr. ROBINHO: Para quem tem um salário igual ao que eu tenho, igual ao que ela tem e dizer que é pobre! Ela tem quantos mandatos, colega? Então, vamos ser decentes, vamos respeitar o povo.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Eu solicito que a Taquigrafia retire das notas taquigráficas a palavra hipócrita da fala do deputado Robinho.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): O próximo orador inscrito é o deputado Pedro Tavares. (Silêncio) Deputado Hassan, com a palavra.

O Sr. Robinho: Presidente, pela ordem.

Parlamentar não identificado: O presidente já indicou o orador.

O Sr. Robinho: Aqui, é rápido.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado.

O Sr. Robinho: Eu estive aqui e o deputado Matheus falou que quem criticava e quem discursava aqui sobre a insegurança da Bahia, chamando o governo... (Expressão retirada pela Presidência.) (...)mas eu não vi ninguém reclamar, não. Matheus usou ali... Quando nós discursamos aqui, falando sobre a questão da insegurança na Bahia, que todos os jornais estampam isso, ele chamou os deputados... (Expressão retirada pela Presidência.) Eu não vi ninguém lhe chamar a atenção e pedir para retirar do que está escrito. Então, não vamos usar dois pesos e duas medidas.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Hassan.

O Sr. HASSAN: Boa tarde, meu presidente, caro amigo Vitor, que está presidindo esta sessão; boa tarde, nobres colegas deputadas e deputados; prezados servidores da Casa; jornalistas e todos que nos assistem agora, neste momento, através da transmissão da *TV ALBA* e da *Rádio ALBA*.

(Lê) “Hoje, presidente, ocupo esta tribuna com muita alegria e com muita satisfação para saudar a população da minha querida e amada cidade de Jequié, terra de um povo ordeiro e acolhedor, que amanhã, dia 25 de outubro, completa 126 anos, comemora 126 anos de emancipação política.

Jequié é uma das maiores cidades baianas e polo do Território Médio Rio de Contas, a cidade sol, que, hoje, brilha mais do que nunca, passando por um inegável processo de desenvolvimento econômico e social, explorando o seu potencial de crescimento no comércio, na indústria, na agropecuária e também no setor mineral.

Quem chega a Jequié, hoje, deputado Felipe, encontra uma cidade diferenciada, modernizada e organizada, com ruas e avenidas pavimentadas, praças urbanizadas, escolas recuperadas, comércio pujante, funcionalismo com salários pagos em dia e contas públicas equilibradas.

E isso, Fabrício, se deve à excelente gestão do, meu amigo-irmão, prefeito Zé Cocá, que assumiu aquele município e, com humildade, com serenidade e com muita competência, soube resgatar a credibilidade do município e também devolver a todos nós, jequieenses, o orgulho. Por isso tem a sua administração aprovada por mais de 96% da população. Essa aprovação é fruto e reflexo de um trabalho diferenciado que coloca Jequié na rota da interiorização do desenvolvimento.

Reafirmo aqui, Sr. Presidente, o meu compromisso com o povo de Jequié, minha cidade natal. E junto com o meu amigo, prefeito Zé Cocá, vamos continuar trabalhando junto ao governo do estado para levar recursos e investimentos para melhorar a qualidade de vida dos jequieenses.

E aqui, na Assembleia, deputada Fabíola, seguiremos lutando para conquistar, dentre tantas outras bandeiras, dentre tantas outras lutas do nosso mandato parlamentar, um aeroporto regional para a nossa região do Médio Rio de Contas e do Vale do Jiquiriçá; lutar pela implantação do polo multimodal Vale do Rio Sol; lutar por um campus da Ufba; lutar pela duplicação da BR-116, trecho que também compreende o nosso município. Assim como nós nos empenhamos e, hoje, nós temos esse sonho realizado, que é o Unacon em Jequié, que já é uma realidade e que, hoje, atende à nossa região”.

Com isso, aqui finalizo as minhas palavras, parabenizando a minha cidade, Jequié, parabenizando os meus irmãos jequieenses, parabenizando o meu amigo-irmão Zé Cocá, e dizer que um futuro melhor a gente constrói juntos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Parabéns, Jequié!

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Júnior Nascimento.

O Sr. JÚNIOR NASCIMENTO: Boa tarde, presidente, Srs. Deputados, dizer da satisfação de estar retornando a esta tribuna. Passei uns 10 dias ausente devido às condições de saúde, uma síndrome gripal, e, por precaução, preferi não adentrar ao Plenário para participar das sessões ordinárias, mas sempre no gabinete, atendendo e à disposição dos munícipes baianos.

Eu trago uma indagação diante do clima de violência que ainda aflige, e muito, deputado Robinho, aos nossos baianos, se já não bastasse a criminalidade operando em alta no nosso estado, já não bastassem os comandos, os grupos, as facções que estão imperando na capital e dominando também boa parte do nosso interior.

Eu recebi lideranças políticas da região Norte que me expressaram a preocupação com o alto índice de homicídio e criminalidade.

A gente vê que na capital, por melhores intenções que tenha tido o secretário da Segurança Pública do estado, com as ações que ora são combatidas, outras estão deixando a desejar, não temos ainda aquelas medidas eficazes de que precisamos para o combate emergencial e urgente contra a criminalidade do nosso estado.

E, por fim, agora, a fuga no presídio Lemos Brito, a fuga de bandidos de altíssima periculosidade, trazendo ainda mais insegurança para os nossos baianos. É necessário que se faça uma sindicância para apurar, porque, deputado Hassan, hoje eu vi num *site* de circulação em nosso estado, o *site Informe Baiano*, uma matéria que dizia que mensagens que circulavam em grupo de *Whatsapp* revelam que a Secretaria de Administração Prisional teve acesso a ruídos, a informações de que ocorreria a fuga. E mesmo assim não foram ágeis o suficiente para combater a fuga de presos em nosso estado.

Então, é necessário que a secretaria instaure uma sindicância para investigar integrantes da secretaria, integrantes do presídio, para se ver o que está acontecendo. E que não se permita que fatos como esse aconteçam em nosso estado.

Finalizo dizendo da grata satisfação que a gente tem a cada semana e finais de semana ao percorrer os municípios que a gente representa, colocando sempre o nosso mandato à disposição do povo da Bahia, o povo baiano que confiou em nós para estarmos aqui como representantes legítimos. E dizer que farei sempre o possível e o impossível para poder representar todos os segmentos sempre que for solicitado e que forem trazidas a mim as demandas, tanto da capital como do interior do estado.

No mais, meu muito obrigado, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Próximo orador inscrito é o deputado Hilton Coelho.

Dando sequência, o deputado Zé Raimundo, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO FONTES: Presidente desta sessão, Vitor Bonfim, colegas deputados e deputadas, os que nos assistem pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*, Sr. Presidente, esse tema da violência tem sido abordado de forma recorrente aqui, de modo especial pelos colegas deputados e deputadas da Oposição. Tivemos a oportunidade de participar daquela reunião com a cúpula da segurança pública do estado, tendo à frente o nosso secretário da Segurança, a representação da Polícia Militar, da Polícia Civil, que o nosso líder, Rosemberg Pinto, promoveu de forma democrática para que todos os deputados e deputadas, da Oposição e da Situação, pudessem tomar conhecimento e serem informados das medidas que o governo vem implementando na Bahia.

Uma das questões e uma das teses fundamentais é que a gente não pode deixar de abordar a segurança pública, a violência sem um padrão nacional. Em todos os países desenvolvidos, embora existam os governos locais, os entes subnacionais, há uma centralidade, há uma orientação, há um controle nacional, principalmente nos países em que, sabemos todos, não há muitas, eu diria assim, instâncias locais. Em toda a Europa os governos são centralizados. Onde há federação, no caso dos Estados Unidos e do Brasil... No caso dos Estados Unidos, a lei penal e a lei civil são bastante diversificadas. No Brasil, contraditoriamente, apesar de sermos uma federação, o governo é todo centralizado; o direito penal... as instituições normativas da sociedade são todas centralizadas. Mas a segurança pública, ela é descentralizada, cabendo ao estado, efetivamente, ao ente federado estado, subnacional, cuidar da Polícia Civil, da Polícia Judiciária e, também, da polícia ostensiva.

E o nosso colega Robinson Almeida, nesse debate, chamou a atenção – e eu já tinha umas anotações e assumi aquilo, incluí no meu paradigma nesse debate – para que temos que ter uma centralização. E é isso que o presidente Lula vem fazendo e vem se esforçando para podermos dar aos estados, dar à nação uma visão e não deixarmos as dispersões regionais. Esse é um ponto fundamental.

A outra questão é que a criminalidade, sobretudo o crime organizado, entra nas grandes cidades como uma coisa nova, entra como empresários, como comércio. Hoje, as milícias dominam o comércio da farmácia, a distribuição do gás, da internet, do transporte alternativo, ou seja, organizam, as milícias, a vida do cidadão, da sociedade, tornando-a dependente de um sistema paralelo.

Ora, se nós não formos capazes de introduzirmos novas instituições, de repensarmos novas estruturas organizacionais da sociedade, nós não vamos dar conta desse problema, além desse famoso debate do que é o nível de permissível ou não do uso de narcóticos e de drogas.

Sabemos que quem introduziu a droga, enquanto comércio,...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) foram as grandes potências. Nós não devemos esquecer que a Inglaterra fez a Guerra do Ópio contra a China e contra os asiáticos para comercializar o ópio na

Europa. Então, são as grandes potências, são os grandes grupos privilegiados que são donos do tráfico e que patrocinam o tráfico.

Mas, para concluir, precisamos ousar. É preciso que nas grandes cidades possamos introduzir...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) novas estruturas coletivas, como cooperativas de transporte, cooperativa de farmácias, cooperativa para distribuir o gás, cooperativas de internet para poder quebrar, aí sim, as relações econômicas das grandes organizações criminosas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a V. Ex.^a pela participação.
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): O próximo orador inscrito, deputado Tiago Correia, em permuta com o deputado Diego Castro...

Com a palavra o deputado Diego Castro pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. Dr. DIEGO CASTRO: Sr. Presidente, senhoras e senhores, cumprimento todos aqui, nesta Casa, cumprimento a minha mãe, que hoje está ali na galeria, dando-me essa honra de estar aqui na Assembleia, no dia de hoje. Seja bem-vinda, minha mãe, Idalice, ao lado da minha tia Adriana e de toda a minha equipe. Dá um tchauzinho que os colegas querem conhecer a senhora. (Risos)

Sr. Presidente, queria destacar aqui, no dia de hoje, um assunto muito importante que foi tema de discussão na Comissão de Saúde e Saneamento. Inclusive, houve uma audiência pública para tratar da saúde mental dos agentes de segurança do nosso estado da Bahia.

E aqui, Sr. Presidente, eu trago dados preocupantes. Só para ilustrar, os transtornos mentais afastaram, só no ano de 2021, mais de 79 policiais militares das suas atividades no nosso estado. De acordo com estudo publicado na *RevistaFT*, 47% dos policiais militares da Bahia apresentaram quadro de ansiedade e outros 35%, quadro de depressão. Esses têm um histórico de ter vivenciado uma situação traumática excessiva e possuem, ao mesmo tempo, a qualidade de vida insatisfatória. É o resultado dessa quantificação.

Outro estudo mostrou que, entre 2016 e 2021, o quadro de suicídios cresceu mais de 100%. E aí, presidente, fica aqui a preocupação e a importância de falar da necessidade da implementação de núcleos de assistência psicológica preventiva na nossa tropa, algo que já indiquei em outras discussões na comissão. Indiquei e, inclusive, fiz um projeto indicativo ao governo, que alimentamos nas discussões, lá, na Comissão de Segurança Pública, assim como também para garantir medidas que reforcem os direitos sociais do policial.

Direitos a exemplo da moradia, que influencia; a exemplo do transporte, porque o que ganha o soldado de polícia, hoje, é uma vergonha, R\$ 200, em média, para se locomover. Sobre as moradias, a gente sabe que a gente está em um contexto em que policiais não podem viver em qualquer lugar porque põem em risco a sua vida e da sua família. E aproveito para falar também da indicação que fiz da reativação do hospital da Polícia Militar, aqui no nosso estado.

Para concluir, presidente, mais uma vez, reforço: não se faz segurança pública com publicidade, se faz com ações concretas e práticas que vão fazer a diferença no dia a dia desses profissionais. E aqui, reforço, mais uma vez, que temos de tratar o material humano como prioridade! Se isso não for prioridade não adianta pintar muro de fachada, de unidade de polícia pacificadora, pintar muro de base comunitária, ter os melhores equipamentos possíveis, de nada isso vai adiantar se a visão prioritária não for essa.

E aqui eu quero destacar o caso do soldado Corrêa – fica aqui toda a minha solidariedade a ele e à sua família –, assim como o soldado Lins. Eles estiveram ontem no meu gabinete, soldados que vivenciam a pressão diária da tropa, estão abandonados. E aqui eu faço uma posição consciente, quero fazer um elogio ao secretário da Segurança Pública, que abriu o diálogo, mostrou ser um técnico e não político. Espero que o governo dê a ele e à sua equipe liberdade para trabalhar, porque aí, sim, se aquele plano que foi apresentado for executado, colocado em prática...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) eu tenho certeza de que a gente vai ter dias melhores. Depende muito da índole do governo do PT, que parece estar na contramão disso.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço pela participação do deputado Diego Castro.

D. Idalice, obrigado pela presença. A senhora hoje aqui fez o deputado Diego Castro ter uma fala mais calma, mais tranquila. Venha mais vezes à Assembleia, viu?

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Manuel Rocha, em permuta com o deputado Penalva.

O próximo orador inscrito é o deputado Eduardo Alencar e, na sequência, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. MANUEL ROCHA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Srs. Deputados, é um grande prazer estar, mais uma vez, aqui nesta tribuna.

Inicialmente, eu gostaria de registrar a presença, nesta Casa, da comitiva de Caraíbas, município do Sudoeste da Bahia. Estão a vereadora Silvana e seu esposo, Doura, secretário de Agricultura e Meio Ambiente do município, nosso professor. São pessoas do bem, que trabalham muito em prol de Caraíbas e que estão hoje aqui em nossa companhia, na Assembleia Legislativa.

Sr. Presidente, gostaria também de registrar que, no dia de ontem, estivemos na cidade de Santa Maria da Vitória – eu, o deputado José Rocha, juntamente com nosso prefeito Tonho de Zé de Agdônio –, onde entregamos 250 casas do Programa Minha Casa, Minha Vida. Essa obra estava paralisada por mais de 5 ou 6 anos e bastou o prefeito assumir a gestão, em 1º de janeiro de 2021, que ele começou a se articular junto à Caixa Econômica Federal, foi a Brasília, aos ministérios competentes, para poder destravar os problemas que existiam nessa obra.

Então existe, em Santa Maria da Vitória, como em toda a Bahia e em nosso país, um déficit habitacional muito grande, de pessoas que precisam de suas residências.

Esse é um programa social muito importante e a obra estava completamente abandonada, mas o prefeito Tonho de Zé de Agdônio chamou para si a responsabilidade. E a prefeitura teve uma participação fundamental nesse processo porque doou o terreno, fez toda a parte burocrática e documental, através da Secretaria de Assistência Social, selecionou os beneficiários, e ontem foi o grande dia de entregar a chave das casas aos novos moradores.

Eu gostaria de registrar esse momento tão importante para o povo de Santa Maria da Vitória e parabenizar o nosso prefeito Tonho de Zé de Agdônio pela gestão. Ele foi um dos grandes responsáveis, é claro, juntamente com o governo federal, juntamente com o governo do estado, por essa grande obra para o povo de Santa Maria da Vitória.

Pudemos, também, constatar no evento a aprovação da gestão do nosso prefeito, onde foi recebido com muito calor, com muito carinho, pelo povo santa-mariense.

Fica esse registro de felicitações e congratulações ao prefeito de Santa Maria da Vitória, Tonho de Zé de Agdônio, pela gestão; ao vice-prefeito, Padre Amario; e a todos os vereadores que apoiam essa gestão tão competente.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o próximo orador inscrito, o deputado Eduardo Alencar.

Na sequência, o deputado Robinson Almeida.

O Sr. EDUARDO ALENCAR: Sr. Presidente, deputado Vitor Bonfim, meus colegas deputados e deputadas aqui presentes, quero registrar que ontem estive com o senador Otto Alencar e com o presidente da Coca-Cola, Dr. Victor, que foram levar apoio para a instituição de Irmã Dulce. Lá em Simões Filho, há uma escola conveniada com o estado para onde a Coca-Cola, por intermédio do seu presidente, vai levar um apoio, vai ser uma parceira da instituição nas obras de Irmã Dulce.

É uma iniciativa do senador Otto Alencar, junto com a Coca-Cola, para trazer benefícios para aquelas crianças, em uma escola que funciona em tempo integral. Tenho certeza de que essa parceria vai intensificar mais ainda a escola de Irmã Dulce no município de Simões Filho.

Mas, Sr.^{as} Deputadas e Deputados aqui presentes, presidente Vitor Bonfim, é a segunda vez que eu venho aqui, deputados, falar que eu estou ouvindo o que está acontecendo nos municípios. Diversas vezes, você abre o seu telefone e há vídeos – nunca presenciei uma fase como essa – de prefeitos fazendo greve, parando as rodovias em decorrência da crise política que hoje está assolando os municípios do estado da Bahia e, talvez, do Brasil.

Conheço diversos prefeitos organizados, que nunca deveriam, que não tinham preocupação em pagar folha, que não deviam combustível, não deviam a funcionários, não deviam absolutamente nada, prefeitos organizados. Hoje, os prefeitos estão vivendo um momento difícilíssimo, inclusive, sendo obrigados a tomar decisões que não queriam tomar, com demissões de funcionários em decorrência do aumento do índice das prefeituras. Com a queda de receita, o índice aumentou muito e eles não têm outro caminho a não ser tomar a decisão da demissão.

Por que está acontecendo isso? Em decorrência de suas contas serem rejeitadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios. Mas nós, deputados, podemos formar uma comissão para irmos ao Tribunal de Contas saber e orientar os prefeitos, junto com a UPB, com o nosso presidente, Quinho, para saber que medida deve ser tomada junto às administrações municipais, ao Tribunal de Contas e à UPB, que é o órgão dos prefeitos.

É uma situação muito grave, comprometendo, muitas vezes, a saúde, comprometendo a educação, podendo comprometer a infraestrutura do município, podendo comprometer a limpeza urbana, enfim, trazendo um transtorno para o cidadão baiano, para aquelas pessoas que residem em seus municípios.

Hoje, estava conversando com a prefeita Vanessa, de Lençóis, sentada, preocupada em como gerir o município dela, um município importante do estado da Bahia, um município turístico que recebe muitos, muitos e muitos visitantes, mas que está preocupada em como conduzir o município de Lençóis para os últimos meses. Isso em decorrência da queda de receita que está comprometendo a vida dos municípios.

Então nós, deputados, estamos aqui sentados nestas cadeiras, vamos nos reunir para conversar com o governador, com os senadores, com os deputados federais para saber qual a forma que nós vamos encontrar para levar solução para os municípios que estão passando por um momento muito difícil, como estão passando hoje.

Eu sou filho da cidade chamada de Ruy Barbosa. O prefeito Cláudio Serrada é um prefeito organizado, que..

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) vem trabalhando – e muito – por aquela cidade, fazendo obras importantes, mas está hoje passando por um momento difícil. Difícil porque a receita caiu, ele não tem como arcar com os compromissos, chegando a dever, o que nunca aconteceu na cidade de Ruy Barbosa, na administração dele. Mas ele, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está sendo obrigado a tomar essa atitude drástica no município de Ruy Barbosa. E, como ele, muitos...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) e muitos municípios têm tido que tomar a mesma atitude para não comprometer suas vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação de V. Ex.^a.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Robinson Almeida.

O Sr. ROBINSON ALMEIDA: Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, eu quero aproveitar a oportunidade para convidar todos para o município de Irecê, na próxima sexta-feira, onde vamos fazer uma audiência pública para debater a implantação da Universidade Federal da Chapada Diamantina. Essa é uma reivindicação antiga da população dos territórios de Irecê e da Chapada.

Há um vazio de oferta de ensino superior nessas regiões e agora, com a vitória e com o governo do presidente Lula, uma chama, uma esperança se acendeu novamente, para que a Bahia possa ganhar mais universidades, somando-se àquelas construídas pelo presidente Lula e pela presidenta Dilma. Assim como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, a Universidade Federal do Oeste da Bahia, a Universidade Federal do Sul da Bahia, a Univasf, colocando a Bahia no lugar em que sempre deveria estar, de um dos estados que mais oferta ensino superior no país.

Então haverá a audiência, da nossa autoria, na próxima sexta-feira, às 9 horas da manhã, na Câmara Municipal de Irecê. Estão convidados todos os prefeitos da região, todos os presidentes de câmara de vereadores e a população em geral. Vamos aquecer esse debate.

Sr. Presidente, eu queria também dar o anúncio da realização da 13ª Festa Estadual do Licuri, no município de Capim Grosso. É um festival que acontece ao longo dos últimos anos, que tem a cooperativa de produção no Piemonte da Diamantina como a responsável. E é o momento de encontro da agricultura familiar, que tem no licuri fonte de subsistência e referência simbólica para toda a produção de alimentos nos territórios do Semiárido.

Então é um culto a essa produção, mas também é uma troca de experiências, de vivências, plantio de árvores, atividades culturais, palestras, disseminação do conhecimento. É muito importante. A minha querida Capim Grosso vai abrigar a Festa Estadual do Licuri. Será de 27 a 29 de outubro, de sexta a domingo próximos, no município de Capim Grosso.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, hoje é dia de uma notícia muito triste para o povo de Salvador, porque o prefeito da capital anunciou um novo aumento do transporte coletivo em Salvador. Os senhores sabem que Salvador sofre com o pior e o mais caro transporte coletivo do Norte-Nordeste, fruto de um modelo equivocado de concessão onerosa, que obrigou que os empresários pagassem uma joia à prefeitura e o valor fosse repassado para a população através da tarifa. E hoje, mais uma vez, o valor será reajustado, ficando ainda mais caro o transporte ineficiente, sem qualidade, com ônibus sem ar-condicionado e frota reduzida na cidade de Salvador.

Eu estive ontem no bairro da Liberdade conversando com moradores do Curuzu, da Liberdade, do IAPI, de Pero Vaz, da Caixa d'Água, e é unânime que as linhas foram cortadas, diminuídas, os destinos foram retirados e a população está sofrendo ilhada nos seus bairros, sem transporte coletivo de qualidade. Infelizmente, o prefeito, em vez de resolver o problema, vai aumentar novamente a tarifa do transporte na nossa capital. E isso é uma lástima para toda a cidade.

Eu queria também, Sr. Presidente, falar aqui sobre a importância do que o governador tem feito com as feiras de saúde. Eu frequentei, no último sábado, lá no Estádio de Pituaçu, uma feira de saúde destinada às crianças e adolescentes. Mais de 5 mil pessoas estiveram presentes, o que prova que a saúde pública em Salvador, ofertada pela prefeitura, é absolutamente insuficiente. Falta posto de saúde, falta...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) Unidade de Saúde da Família, falta médico, você não tem consulta, e a população agora está se valendo das feiras de saúde para ter algum tipo de atendimento.

Há 1 milhão de pessoas em Salvador que não têm cobertura de atenção básica de saúde, não têm postos funcionando nos bairros. Realmente, essa é uma vergonha da administração pública municipal, que não oferta saúde de qualidade à população.

(Não foi revisto pelo orador.)

GRANDE EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Grande Expediente.

Concedo a palavra ao orador inscrito, deputado Marcinho Oliveira, pelo tempo de até 25 minutos.

Enquanto o deputado Marcinho Oliveira se dirige à tribuna, quero registrar aqui a presença dos estudantes da Escola Municipal de Fazenda Coutos, do bairro de Fazenda Coutos.

(As galerias se manifestam com palmas.)

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Rosemberg Pinto (fora do microfone): Sr. Presidente, questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem do deputado Alan Sanches. Na sequência, deputado Rosemberg Pinto.

Obrigado à escola pela visita.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Vitor Bonfim, V. Ex.^a, como um grande regimentalista, sabe que o Pequeno Expediente se encerra às 15h30min, o orador estando na tribuna ou não. Então não é pelo último orador, mas sim pelo tempo. Mas como o próprio deputado José Raimundo já foi condescendente, nós aceitamos também. Mas que fique registrado que o Pequeno Expediente termina às 15h30min.

Falando isso, antes do orador, porque o Grande Expediente é nosso...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Marcinho.

O Sr. Alan Sanches: (...) eu queria solicitar verificação de quórum para continuidade da sessão e que se abram os 15 minutos, por gentileza.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem do deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, eu queria verificar hoje com o deputado Alan, porque nós temos alguns projetos – reconheço que ainda não estão na Ordem do Dia – que estão tramitando na Casa e que são projetos de interesse da sociedade. A cada dia que a gente não consegue votar atrasam as ações que poderiam melhorar a vida das pessoas. E não é por falta de quórum para votar, é que o Regimento da Casa prevê os prazos para apresentação de emenda, os prazos regimentais.

Então temos, deputado Alan, o projeto de premiação dos policiais militares e, nesse enfrentamento à violência, principalmente aqui em Salvador, é uma maneira de estimular os nossos policiais militares a estarem mais atentos ainda nesse enfrentamento. Eu queria verificar a possibilidade de a gente fazer um acordo para superar os prazos regimentais para que a gente possa votar esse projeto.

Outro projeto é o que o governador Jerônimo esteve aqui, trouxe a maioria dos seus secretários, com diversos deputados aqui, que é o projeto de combate à fome. Com o projeto aprovado, é possível usar, dentro do Orçamento do estado, o pagamento das

ações que prevê o programa de combate à fome. Até agora, nós estamos fazendo o combate à fome no voluntariado, a partir de ações que o governo vem fazendo atraindo empresários, atraindo a sociedade civil, para que a gente possa garantir que algumas famílias recebam uma cesta básica para diminuir a fome que tem assolado o país e no nosso estado não é diferente.

Também, nós estamos com o projeto que trata da implantação da empresa BYD e, para estimular, inclusive, a implementação dessa empresa que vai gerar em torno de 5 mil empregos diretos, mais uns 10 a 15 mil empregos indiretos, a curto prazo, deputado Zé Raimundo, o governador apresentou um projeto que reduz o IPVA para esses carros elétricos de até R\$ 300 mil. Isso vai estimular a agilização da empresa na sua implantação e também estimular porque os postos de gasolina já começam a trabalhar no sentido de se preparar para atender ao abastecimento desses carros, com os equipamentos de fornecimento de energia.

Então, deputado Cafu, eu queria aproveitar este momento para convidar todos os deputados e deputadas para que se façam presentes para votar esses projetos. Precisamos atender a uma solicitação de quórum do deputado Alan Sanches, para que possamos chamar os deputados e deputadas para se fazerem presentes aqui, atendendo ao chamamento de uma verificação de quórum.

Marcando o prazo de 15 minutos, presidente, que possamos atender ao chamamento do deputado Alan, que hoje, em homenagem a todos nós, veio com uma gravata rosa, para que entendamos que o coração dele está amolecido para esses projetos que nós pretendemos votar.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): V. Ex.^a será atendido. Solicito que zerem o painel e marquem o tempo regimental de 15 minutos, conforme previsto no nosso art. 227-A, inciso I, do Regimento Interno. Zerem o painel e marquem o tempo, por favor.

Atenção, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Solicito aos deputados que marquem presença. Deputado Adolfo Menezes; deputado Nelson Leal; deputado Hassan, já marcou; deputado Marquinho Viana.

Atenção, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Os deputados que se encontram nas dependências de nossa Casa Legislativa, por favor, dirijam-se ao Plenário.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

Srs. Deputados e Sr.^{as} Deputadas, temos um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Já temos o registro da presença de 17 Srs. Deputados.

Os deputados que estão nas dependências desta Casa se dirijam ao Plenário para podermos continuar com a presente sessão.

Já registrada a presença do deputado Euclides Fernandes.

Deputado Alan, registre a presença de V. Ex.^a, por favor.

Chegamos aos 20 Srs. Deputados, com a presença do deputado Raimundinho.

Restabelecido o quórum regimental, damos continuidade à presente sessão.

Grande Expediente.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): A presença do deputado Alan Sanches, que foi o autor da questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. Alan Sanches: Farei uso do tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Então, em permuta com o deputado Marcinho Oliveira, usando o Grande Expediente, com a palavra o deputado Alan Sanches, pelo tempo de até 25 minutos.

Pode recompor o painel.

O Sr. ALAN SANCHES: Sr. Presidente, escutamos aqui atentamente ao discurso do nobre e querido colega, sempre muito jeitoso e inteligente, o deputado Rosemberg. Ele tenta inverter as coisas. Nossa bancada, a própria Assembleia sabe, quantas vezes nós fomos parceiros da Bancada do Governo, quando entendíamos que aquele projeto “a”, “b” ou “c” era favorável à nossa sociedade. Não cabe a nós, da Oposição, votarmos ou não votarmos projeto, cabe à Bancada do Governo colocar o seu projeto devidamente alestado aqui, junto com o Regimento Interno, e colocar para votar.

Caso ele não tenha esse parâmetro, o que ele vai fazer? Ele pode votar um requerimento de urgência se ele tiver os 32 deputados. Ele não precisa, de forma alguma, da anuência da Bancada da Oposição.

Agora, caso o governo do estado estivesse cumprindo com as regras orçamentárias, digo, inclusive, as emendas impositivas votadas aqui pelo deputado Euclides, que acabou de dar presença para que o quórum de continuidade da sessão permaneça... o que eu falo é o seguinte, se estivesse cumprindo a Constituição do Estado da Bahia, não teria problema.

Mas, a partir do momento em que, no dia 1º de janeiro, o governador do estado veio aqui – por diversas vezes, nós estivemos junto com ele – e disse, em alto e bom som, “Sou um republicano, eu acho justo, eu acho que a população escolheu democraticamente deputados da Oposição e do Governo, por isso, legítimo é o pleito do cumprimento das emendas orçamentárias. Dessa forma, eu pagarei sem precisar que nenhum deputado e a Bancada da Oposição recorram ao Judiciário”...

Então, sendo assim, chegamos quase ao mês 11, o deputado Marquinho Viana, que está aqui, foi o autor de uma outra PEC que remodelou e aumentou a emenda impositiva, com a anuência – só foi votado com a anuência – do próprio governador e do seu governo. Mas chega um momento desse em que a gente tem que ficar aqui fazendo conversa “a”, conversa “b”, não tem mais cabimento isso.

Eu vivo, amigos e amigas, sem isso. São 13 anos sem emenda impositiva, e a minha disposição é que se faça cumprir o Regimento da Casa, que se faça cumprir o Orçamento e a Constituição do Estado da Bahia.

Então, quando se fala que a Oposição não está querendo votar projeto “a” ou projeto “b”, estão faltando com a verdade. Quando o estado diz aqui... Não citar a mim nem a Bancada da Oposição, estamos aqui falando do mérito de qualquer projeto, qualquer projeto. O que nós estamos falando é que, quando se fala no projeto de combate à fome, temos certeza de que ele vai ter aqui o apoio de todos os deputados,

mas a construção desse projeto de combate à fome demorou 10 meses, 10 meses para chegar a esta Casa, e querem colocar na Oposição a responsabilidade de aprovar um projeto desse.

O próprio governador falou em alto e bom som que espera que a Oposição contribua colocando emenda. Então, o deputado Rosemberg não pode chegar aqui e me cobrar, com 5 dias, que eu vote um projeto que demorou 10 meses para ser gestado, mais do que 9 meses.

Antes, aqui, esse projeto estava como uma gincana escolar, e eu falei, daqui da tribuna, que isso não é programa, isso não é projeto. Como é que você faz um projeto de combate à fome em que você não tem uma lista de quem vão ser os beneficiados, em que você não tem uma meta a ser atingida? Como é que eu posso votar um projeto desse sem a gente fazer as devidas análises?

Então, sendo assim, a gente não pode concordar com o discurso, que faltou com a verdade, do deputado Rosemberg, que quer imputar à Oposição uma responsabilidade que não cabe a ela. Os deputados da Base do Governo, deputado Binho... Tenha certeza de que cabe aos deputados da Base do Governo vir aprovar o projeto, não cabe a nós, não cabe à nossa bancada.

O Sr. Robinho: Concede-me um aparte, deputado?

O Sr. ALAN SANCHES: Sendo assim, dou um aparte ao deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Amigo, nós estamos, já há algum tempo... Eu estou aqui nesta Casa há 10 anos, mas o discurso da fome está no Brasil desde o Frei Betto, com o Fome Zero, aquele programa, o Fome Zero, que não foi a lugar nenhum. Porque, na realidade, a esquerda não tem preparo para fazer projeto, a esquerda tem muito preparo para criticar, e o governo da Bahia está há 17 anos administrando a Bahia. Eu acho que eles já estão criticando a si mesmos porque são 17 anos de governo, e agora o governador, o atual governador, fala: “A Bahia sem fome, a Bahia sem fome.”

Vou repetir suas palavras, colega, são 10 meses de governo, e mandaram um projeto sem definição, aí não quer que se discuta aqui na Casa. Temos que discutir esse projeto aqui na Casa porque, na realidade, essa questão do combate à fome, essa questão da fome zero, isso é, nada mais, nada menos, uma propaganda porque o que a esquerda quer é o povo faminto. Um povo faminto é fácil de ser dominado, é fácil de ser manipulado, é fácil de ser manuseado. Essa é a realidade, colega.

É mais um engodo, é mais uma inverdade, é mais uma inversão de valores, é mais uma propaganda, é a propaganda da esquerda, que vende a miséria das pessoas. Esse negócio de fome, fome, fome... O que a Bahia precisa, o que o povo precisa é de oportunidade de trabalho, é de oportunidade de trabalho, porque o Bolsa Família e cesta básica não resolvem nada, não. Essa hipocrisia de dizer que é pobre, de dizer que é negro, isso é hipocrisia pura.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a, deputado Robinho.

Eu queria dizer o seguinte, fazendo a análise prévia ainda, inicial, desse projeto de combate à fome que foi encaminhado para aqui... Ele é baseado no Fundo do Combate à Pobreza. Para que V. Ex.^{as} tenham conhecimento, esse fundo não foi usado no governo passado, e existem mais de R\$ 500 milhões, meio bilhão, à disposição do governo para ser usado para combater a fome.

Aí ele vem... Porque esse projeto já foi apresentado com outro nome pelo ex-governador Jaques Wagner, que o trazia utilizando-se do mesmo fundo de combate à pobreza. Aí vem agora, com outro nome, o governador Jerônimo trazer justamente a utilização desse fundo.

Amigos, amigas, o governo do estado não precisa nem precisava solicitar ajuda, pedir aos empresários para que fizessem doações de cestas básicas, porque tem meio bilhão nos cofres dele e ele não utiliza, ele não utiliza! Por que ele não utiliza? Porque ele não quis, porque, para ele, era muito mais importante utilizar isso, esse discurso de combate à fome.

Então, como é que o deputado Rosemberg, líder do Governo, vem aqui questionar e acusar a Oposição, dizer que não estão votando os projetos por causa da Oposição? Eu não vou aceitar isso.

O deputado Rosemberg tem toda a condição, com 43 deputados, de votar o projeto que quiser. Agora, para isso, ele precisa agradar os seus deputados porque, até agora, a gente sabe disso, deputado Rosemberg, há os questionamentos, há as insatisfações, e são na base dele, não é na nossa. V. Ex.^a não precisa, de forma alguma, da anuência da Oposição.

Com a palavra do deputado... Um aparte para quem solicitou primeiro, o deputado Samuel; depois, o deputado Rosemberg, será um prazer.

O Sr. Samuel Junior: Deputado Alan, meu líder, nosso conselheiro, o seu colega deputado aqui pediu um aparte, espero que seja para concordar com aquilo que V. Ex.^a está discursando, mas quero saudar o presidente, o deputado Vitor, que está presidindo esta sessão, e os Srs. Deputados.

E eu quero fazer coro, deputado Alan, à sua fala. Interessante que o deputado Rosemberg, na questão de ordem que proferiu, ele atribuiu o problema à Oposição, sendo que ele lidera um grupo de 43 deputados e, na semana passada, inclusive, o próprio líder do Governo disse que eram irrelevantes as sessões que nós estávamos tendo aqui às segundas-feiras.

No dia de hoje, ele chega aqui dizendo que a culpada é a Oposição, que não quer fazer um acordo. V. Ex.^a é muito feliz, primeiro, na condução dos deputados da Oposição, e foi muito feliz na sua fala, nós estamos aqui para fazer coro à fala de V. Ex.^a e dizer que vocês têm aqui os seus parceiros, estamos juntos aqui nessa empreitada.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado, eu incorporo o aparte de V. Ex.^a, deputado Samuel, um guerreiro junto com a nossa Bancada da Oposição.

Com o aparte o querido amigo, o deputado Rosemberg.

O Sr. Rosemberg Pinto: Deputado Alan, talvez V. Ex.^a não tenha entendido, eu não atribuí nenhuma responsabilidade à Oposição, muito pelo contrário, sempre tratei aqui e disse que tenho um respeito muito grande pela Oposição, e sempre que tenho precisado aqui, em alguns casos, a Oposição tem sido parceira e tal.

Não falei isso, o que eu disse foi o seguinte: nós temos número suficiente para votar qualquer projeto, o problema é que o Regimento da Casa não permite que o projeto seja votado antes de cumprir os prazos regimentais. São projetos como o do combate à fome, o projeto do prêmio de policiais militares, do IPVA, são projetos positivos, não são projetos negativos.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito.

O Sr. Rosenberg Pinto: O que eu pedi foi, se houver por parte de V. Ex.^a entendimento de dispensar as formalidades para não ter o prazo regimental... Não foi voto. A responsabilidade de votar sempre foi da nossa base...

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito.

O Sr. Rosenberg Pinto: Foi isso que eu pedi aqui.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito.

O Sr. Rosenberg Pinto: Não estou jogando nenhuma responsabilidade para a Oposição, não.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito.

O Sr. Rosenberg Pinto: A responsabilidade de não podermos votar hoje o projeto dos policiais ou do combate à fome é do Regimento da Casa porque alguns deles ainda têm prazos de emenda.

O Sr. ALAN SANCHES: Perfeito, perfeito. É... Esclarecido, deputado Rosenberg, mas, na verdade, quando o deputado Adolfo Menezes, que hoje é presidente, quando o deputado Nelson Leal, que já foi presidente, o deputado Marcelo Nilo e outros que já foram presidente construíram esse Regimento ou acompanharam esse Regimento, ou aceitaram esse Regimento, por entender que 45 dias eram necessários para o amadurecimento de qualquer projeto do Executivo...

Então, não cabe a dispensa desses prazos regimentais à Oposição. A Oposição e a Base do Governo precisam desse prazo para que amadureçam qualquer tipo de projeto do Poder Executivo. Não cabe aos deputados, aos 63, incluo os 63, dizerem “amém” a qualquer projeto sem tê-lo amadurecido. O que não pode é esta Casa votar os projetos e depois ter um arrependimento porque não conhecia determinado projeto.

Falando sobre o IPVA, a Oposição apresentou emenda, colocamos uma emenda para que fossem incluídos os carros híbridos, mas não fosse dada a isenção completa. Baixava de 2,5, essa é a emenda da Oposição, para 1,5, porque nós sabemos que o carro híbrido vai ser elétrico e a combustão.

Já que você está dando, a lógica permite, 100% do carro elétrico, porque o carro elétrico é 100%, ele vai ter 100% também dessa isenção. O carro híbrido, ele baixa de 2,5 para 1,5. É o que todos querem. Mas cabe ao governo, aceitando essa proposta da Oposição... Tenho certeza de que a Oposição poderá acatar esse projeto do IPVA porque é a necessidade de a sociedade incluir os carros híbridos. Eu não sei por que o governo do estado não aceita isso.

Falando nisso, eu estava ali agora e recebi algumas mensagens sobre como é o governo. O deputado Rosenberg chega aqui querendo acelerar as coisas porque faz o papel dele muito bem, tem feito esse papel durante todos esses anos. Mas eu vou falar: e o governo, o governo tem feito o papel? Eu falo que demorou 10 meses, 10 meses para chegar aqui um projeto de combate à fome, que foi o que ele começou a falar, 10 meses para chegar esse projeto, e quer, a toque de caixa, que a Oposição acate a necessidade de o governo de votar um projeto que ele demorou mais de uma gestação para trazer para a Casa.

Hoje foi noticiado, notícia oficial da secretaria de Agricultura, amigos e amigas, notícia oficial, dizendo, imaginem, que a Fenagro deste ano, a 33^a edição, não irá

acontecer. Não irá acontecer por quê? Porque não tem condições. Não é possível, todos nós,...

O Sr. Marcinho Oliveira: Um aparte, deputado Alan!

O Sr. ALAN SANCHES: (...) deputado Vitor Bonfim, V. Ex.^a que foi secretário de Agricultura, que fez a Fenagro... Como nós podemos aceitar, deputado Adolfo Menezes, V. Ex.^a como presidente da Casa, como podemos aceitar um governo do estado que não prioriza a sua agricultura? A gente sabe que hoje é o agro que tem fornecido cada vez mais o incentivo à economia, e vem a secretaria de Agricultura dizer que não vai ter esse incentivo neste ano, que já está trabalhando para o ano que vem.

Meu Deus! Se ele está precisando de 1 ano para fazer uma Fenagro, por que ele não começou a trabalhar em janeiro? Não é possível que o governo fique brincando de fazer governo.

Com a palavra o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. Marcinho Oliveira: Obrigado, Alan, pelo aparte.

Muita gente aqui, Sr. Presidente, até fica abismado achando que é coisa pessoal contra o secretário de Agricultura, mas, pasmem, fomos pegos todos de surpresa por uma nota da secretaria de Agricultura que fala que não tem tempo hábil. Mas é preciso saber se realmente falta tempo, se falta disponibilidade ou se falta capacidade do secretário de Agricultura do Estado da Bahia. Ele não se pronunciou em cima dos últimos acontecimentos que vêm fazendo em nosso estado.

Estamos passando por uma crise no sisal, ele foi numa audiência com o ministro, eu fui acompanhado de alguns deputados daqui, mas a gente não vê um posicionamento do governo do estado, do secretário, para poder fazer algo. Ele ainda não foi na região visitar, saber dos produtores o que está acontecendo. Ele chega na audiência sem saber o que vai tratar com o ministro.

É impossível isso, lamentável não ter a Fenagro neste ano. O agro é 25% do nosso PIB, mas é preciso saber também que deixarão de se movimentar, através dos leilões, através de tecnologias que são apresentadas nessas feiras. E a nossa população, o nosso público do agro, os agricultores perdem muito, deputado Alan, com essa falta, essa ausência da Fenagro no estado da Bahia.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu incorporo o aparte de V. Ex.^a e quero dizer: amigos e amigas deputados, deputada Ivana, presidenciável nesta Casa, já foi duas vezes presidente da Unale, nós precisamos nos levantar contra isso. Eu não quero culpabilizar o secretário de Agricultura, mas é o governo do estado que tem a caneta.

Não é possível que o governo do estado não esteja sensível a isso! É por isso que nós estamos com os piores índices do Brasil! Agora, a economia... quando a gente fala em agro, quando a gente fala em Fenagro, quando a gente fala, como o deputado Marcinho disse, em tecnologia, a gente fala em economia. E chega o secretário, através de uma nota, achando que isso não é nada, dizendo: “Não vai ter Fenagro porque nós não conseguimos” E a secretaria de Agricultura vai conseguir fazer o quê? O que é que o governo do estado vai conseguir fazer?

Não é possível que esta Assembleia, os 63 deputados, fiquem balançando a cabeça e dizendo: “Ah! governador”, “Ah! governador”. Não é possível e não é hora

também, deputado Tiago, de ficar aqui falando em sucessão de Salvador! Porque eu só vejo isso! A pauta do governo agora é falar quem vai ser o candidato à sucessão para combater, no caso, o Bruno Reis! Não é possível que a pauta agora virou a eleição do ano que vem! Nós precisamos defender a Bahia!

A Fenagro é a Bahia! O agro é a Bahia! E não é possível que os 43 deputados da Base do Governo não tenham uma linha para falar sobre a ausência da Fenagro neste ano.

Com a palavra o deputado Tiago Correia.

(...) O Sr. Tiago Correia: Deputado Alan Sanches, muito pertinentes as colocações que V. Ex.^a faz e traz nesta tarde, nesta sessão, em relação à possibilidade que o governo tem de construção de acordo para que esta Casa traga matérias que não estejam na Ordem do Dia.

E ele tem todos os instrumentos para construir esses acordos. Como o nome já diz, é um acordo, se fazem concessões de um lado e concessões de outro, e não se deve, de forma alguma, querer responsabilizar a nossa Minoria tão aguerrida por atrasos no envio de matérias a esta Casa. Um exemplo é o projeto Bahia Sem Fome, que desde o início do ano é ventilado na imprensa e só agora, no final do ano, o projeto foi trazido, só agora que existe a pressa para aprová-lo.

Mas, em relação à Fenagro, eu sou uma testemunha viva do que é aquela feira para o nosso estado, afinal de contas, me formei em Medicina Veterinária. Durante os 5 anos do meu curso, não só eu, mas outros colegas, deputado Alan, nos mudávamos para a Fenagro, nós dormíamos desde a sexta-feira, na pré-Fenagro, passávamos a semana na feira e só saíamos de lá na outra segunda.

Acompanhávamos toda a entrada de animais, atendimentos, eram diversos veterinários, estudantes, agrônomos, sem falar na disseminação de tecnologia, estandes que vêm de todo o Brasil, maquinários que são vendidos, equipamentos agrícolas, defensivos, remédios, enfim, toda uma gama de produtos do mundo agro que movimenta milhões de diversas feiras pelo Brasil.

A Fenagro já foi a maior feira agropecuária do Brasil, e realmente nós ficamos consternados com essa notícia informada agora, a poucos dias... A Fenagro sempre acontece nos últimos dias do mês de novembro. Nós ficamos muito tristes e surpresos com o tratamento que o governo do estado continua dando à agricultura em nosso estado, responsável por quase um terço do nosso PIB.

Hoje houve uma audiência pública na Comissão de Agricultura em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, recebendo a Associação dos Produtores Rurais da Chapada do Rio Pratudão, que reúne os municípios do Sul e do Oeste do nosso estado. Eles trouxeram a quantidade de investimentos, bilhões de investimentos estão sendo realizados naquela região para produzir o etanol do milho, para produzir soja, para produzir diversos produtos agrícolas, e eles estão lá à míngua, esperando uma ação do governo do estado, suplicando pela construção de uma estrada de 80 quilômetros, que vai impactar toda a região.

Então, deputado Alan, me associo às palavras de V. Ex.^a, tenho orgulho de ser liderado pelo senhor, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Obrigado.

O Sr. Tiago Correia: E quero dizer que sigo as suas orientações, mas, realmente, é muito triste ver o que está acontecendo no estado.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a, que agora é deputado presidente do PSDB aqui da Bahia, e eu digo, deputado Vitor Bonfim, V. Ex.^a, que tem o praier, é um grande pecuarista, vejo aqui o deputado Adolfo Menezes, da mesma forma, o deputado Marcelinho Veiga, o clã Coronel, não só Angelo Coronel, como também Diego Coronel, como Angelo Coronel (o pai), também o deputado Felipe Duarte, o deputado Vitor Azevedo, o deputado Tiago Correia, já vi vários, deputado Marcinho, Júnior...

Então, amigos, não é possível! Não é possível que o governo do estado, mais uma vez, mostre a sua falta de sensibilidade. Mais do que lamentável, deputado Marcinho Oliveira, é um absurdo! É um absurdo o que o governo vem fazendo, já fez com a segurança pública, vem fazendo com a saúde, fazendo com a educação e agora é o agro também sendo prejudicado, prejudicado por esse governo.

Não é possível que o governo não tenha criatividade, não é possível, deputado Robinson Almeida, que V. Ex.^a venha aqui defender que não tenha a Fenagro neste ano. Mas os deputados, deputada Olívia Santana, se calam nesses momentos. Nesses momentos, nós deveríamos mostrar que somos deputados, que temos legitimidade para defender o nosso povo da Bahia e a agricultura.

Não é possível que, nesses momentos de cavalgadas, a gente só queira subir em cavalo e tirar foto. Nós precisamos defender a agricultura! E esta Casa hoje, se não se levantar contra a decisão do governo do estado de suspender a Fenagro, isso será uma vergonha para ela.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

(O deputado Vitor Bonfim assume a presidência da Mesa.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Horário das Representações Partidárias. Concedo a palavra ao representante do Psol para falar ou indicar orador pelo tempo de 2 minutos. (Silêncio) Não há orador.

Horário das Lideranças Partidárias. Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 13 minutos. (Silêncio) Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou líder do Bloco Parlamentar Republicanos/PSDB/PDT para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos...

A Sr.^a Dra. Fabíola Mansur (fora do microfone): Eu sou vice-líder do Governo, há orador.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Pelo tempo de 5 minutos, deputado Alan Sanches; e, pelo tempo restante, o deputado Tiago Correia.

O líder está presente, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Deputados, deputado Vitor... O pessoal está rápido aqui no gatilho, no tempo, hoje, eu não dei nem bom dia, nem boa tarde, nem nada, nem saudei, e o tempo já está correndo.

Mas, amigos e amigas, o que acontece é o seguinte: eu estou no meu 9º mês de liderança da Oposição, 8º mês, apesar de ser outubro, e o que acontece? Não temos disposição de fazer qualquer tipo de acordo para votação, não existe isso, o que a Oposição quer não é favor, nós queremos que seja cumprida a palavra do governador, além da Constituição, além do Regimento, além da palavra do nosso presidente, Adolfo Menezes, temos agora empenhada a palavra do Sr. Governador, Jerônimo Rodrigues, que disse mais de uma vez aqui nesta Casa, aqui nesta tribuna, que iria cumprir o pagamento das emendas impositivas.

Então, deputado Rosemberg, por mais que eu queira fazer qualquer tipo de acordo, não há acordo para votação, queremos fazer o acordo para que seja cumprida a emenda impositiva de todos os deputados. Sendo assim, esse é o acordo, não tem acordo para dizer... Amigos e amigas, durante algumas vezes, nós estivemos aqui, eu estou no meu 13º ano nesta Casa, e durante algumas vezes se fazia acordo... Imaginem, imagine, deputado Robinson Almeida, imagine qual era o acordo? Para votar, liberavam um pedaço da sua emenda.

Não é... Rapaz, isso não é lógico, amigos, isso não tem lógica, você fazer um acordo para liberar uma coisa que é o seu direito de pagamento de um pedaço da emenda que nem pagava depois.

Então, não existe disposição para fazer acordo que acaba não sendo pago, o acordo que nós queremos fazer é para que sejam cumpridas as emendas impositivas, palavra do governador do estado Jerônimo Rodrigues.

Então, muito mais do que a Constituição do estado, do que o Regimento, do que qualquer emenda, qualquer PEC, proposta de emenda à Constituição, que depois emendamos, que foi aprovada, muito mais do que isso, para mim, o que vale é a palavra do Sr. Governador.

Então, o que nós, da Oposição, queremos não é pedaço de emenda, não é acordo para votação. Não precisam da Oposição, mas a Oposição continuará em obstrução até que a palavra do Sr. Governador seja dada e o cumprimento das emendas impositivas seja feito. Não tem negócio de liberar uma ambulância, liberar...

V. Ex.^{as} não têm... não têm... é... eu acho que não têm o conhecimento do que foi proposto há 15 dias, deputado Zé Raimundo. Chegaram... Não... foi um negócio assim, que eu disse: “Eu não sento nem para conversar”. Eles chegaram e disseram: “Olha, nós temos dez ‘carroças-pipa’”. Amigos, não são carros-pipa, são “carroças-pipa”. Para que V. Ex.^{as} entendam, a Oposição são 20, e ele disse: “Não, nós temos dez ‘carroças-pipa’”, que é um implemento do trator. O trator vem com a roçadeira, vem com o gradeado e vem, às vezes, a depender do que você vá... É um implemento de um trator.

O Sr. Robinho: V. Ex.^a me permite um aparte?

O Sr. ALAN SANCHES: Então, a Oposição não vai se submeter a isso, entendeu? Nós ficamos a pão e água, continuaremos e vamos, sim, entrar, judicializar isso porque chegou já o momento.

O deputado Robinho, que já tinha feito isso anteriormente, já tem o ganho de causa, e agora, imaginem, a Justiça deu, a Justiça deu... Eu vou até permitir que o deputado Robinho, que quer um aparte, possa me apartear...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

Com a sua tolerância, deputado Zé Raimundo.

(...) Com a palavra o deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Está olhando para os colegas deputados.

É uma coisa tão simples, as emendas impositivas dos deputados baianos são muito menores do que as de Alagoas, do que as de Sergipe, do que as de estados que têm uma população inferior à nossa e que têm um orçamento muito inferior ao nosso.

Aí vem a seguinte questão:...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) eu fiquei 4 anos no governo passado sem receber as emendas impositivas. Judicializei, a desembargadora Telma Britto deu uma decisão favorável, notificou o secretário de Planejamento, multa de R\$ 1 mil diária, depois, multa de R\$ 5 mil. E agora ela deu 5 dias para pagamento das emendas, senão vai notificar a Coelba para cortar energia. A que ponto chegou o governo da Bahia.

O Sr. Alan Sanches: Energia de onde?

O Sr. Robinho: A energia da secretaria de Planejamento.

O Sr. ALAN SANCHES: Imagine.

O Sr. Robinho: Isso é uma brincadeira. Se fosse um valor significativo, mas é o Orçamento, é o Orçamento de uma emenda impositiva. Eu não entendo o que se passa na cabeça dessas pessoas. Aí vem com o discurso, “democracia”, “democracia”. “Hipocrisia”, “hipocrisia”.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Alan, para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: Incorporo o aparte de V. Ex.^a, eu vou ter mais tempo para falar, eu encerro aqui.

Muito obrigado, deputado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço, deputado Alan.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Tiago Correia pelo tempo restante de até 5 minutos.

O Sr. TIAGO CORREIA: Presidente em exercício, deputado Vitor, nobres colegas, imprensa que nos acompanha.

Sr. Presidente, subo para continuar nosso discurso a respeito do agro. Hoje aconteceu nesta Casa, pela manhã, uma audiência pública muito importante, realizada pela Aprub, na Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Manuel Rocha em conjunto com a Comissão de Infraestrutura, presidida pelo deputado Eduardo Salles, duas importantes comissões que vêm se esforçando para trazer a esta Casa assuntos relevantes. E hoje esteve aqui o presidente da Aprub, Sr. Harald, acompanhado do Dr. Aldo, trazendo informações acerca de toda uma região produtora de nosso estado, região essa que vem se destacando na produção de grãos no Oeste da Bahia, nos municípios mais ao Sul, trazendo informações acerca de investimentos bilionários, deputado Manuel Rocha, que estão acontecendo naquela região, naqueles municípios, gerando emprego, gerando renda, principalmente nos municípios de Correntina, Jaborandi, Coribe e Cocos. Mas, como todo o Oeste do nosso estado, e V. Ex.^a, deputado Vitor Bonfim que é da região de Guanambi, conhece bem, é uma região com

grande potencial, banhada pelo Rio São Francisco, mas é uma região muito carente de infraestrutura.

E aqueles produtores trouxeram todo um plano de investimentos, de bilhões de reais, em diversos segmentos do agronegócio, a exemplo da biorefinaria de etanol de milho, que está na primeira fase de implantação, com investimentos de mais de R\$ 1 bilhão. A fábrica de beneficiamento de batata da Bem Brasil, a maior empresa produtora de batata do nosso país já planta batata na Bahia, porém toda essa batata é beneficiada no estado de Minas Gerais e eles pretendem implantar a fábrica de beneficiamento em nosso estado. Só na primeira fase, o investimento de mais de R\$ 2 bilhões e mais de mil empregos diretos.

Enfim, apresentando toda a potencialidade daquela região, que carece muito, como eu falei, de infraestrutura, e pedindo a aceleração da promessa do governo do estado sobre a execução da obra de uma estrada de apenas 80 quilômetros. Foi pedido pelo próprio governo, sugerido, que a associação de produtores providenciasse os estudos necessários, inclusive o projeto dessa obra, o que já foi feito. É uma obra orçada em menos de R\$ 100 milhões. E toda a mobilização desses produtores é para que essa obra possa sair do papel o quanto antes, pois terá um impacto na redução do trânsito, não só da produção, mas também de todos os insumos, de milhões de reais.

Então, a gente vem fazer esse apelo. O deputado Eduardo Salles vai pedir uma audiência ao governador para levar o resultado dessa audiência pública, para que essa estrada possa ser iniciada o quanto antes, Sr. Presidente. E não só ela, tantas outras que o nosso Oeste precisa para impulsionar ainda mais o meio agropecuário, que tantos empregos produz em nosso estado e tantas riquezas gera.

Quero me associar às falas do deputado Marcinho Oliveira, que traz aqui a preocupação com a não realização da Fenagro. Marcinho, acho que, durante não sei quantos anos, ela é realizada anualmente, sempre no final do mês de novembro. E eu, como disse, enquanto estudante de Medicina Veterinária, durante todos os anos do meu curso, desde o primeiro ano, eu e mais diversos colegas nos mudávamos para o Parque de Exposições, dormindo nas instalações que existem, que são da antiga EBDA, acompanhando toda a entrada de animais, o atendimento, a movimentação, enfim, aprendendo junto com outros estudantes de Agronomia, de Zootecnia que passavam aquela semana no Parque de Exposições, em uma feira que já foi considerada a maior feira agropecuária da América Latina. A Fenagro já teve esse título, uma feira que dissemina tecnologias, que traz diversas empresas de diversos estados para exporem e venderem os seus produtos, e que, com certeza, fará muita falta a toda a agropecuária baiana, além dos inúmeros leilões de gado disseminam genética pelo nosso estado.

Então, eu digo que eu fico triste. Vamos cobrar ao governo do estado um posicionamento firme, o porquê da não realização dessa feira, e pedir que se prepare...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) com antecedência para que, no ano que vem, não se repita esse fato lastimável que deixa à mercê toda a agricultura de um estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder do Bloco Parlamentar MDB/PSB/Patriota/Avante/PSC para falar ou indicar orador pelo tempo de até 10 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Maioria ou ao líder do PP para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder do Bloco Parlamentar PL/Solidariedade para falar ou indicar orador pelo tempo de 9 minutos.

Não há orador.

Concedo a palavra ao nobre líder da Minoria ou ao líder da União Brasil para falar ou indicar orador pelo tempo de 14 minutos.

O Sr. Alan Sanches: Falará o deputado Alan Sanches pelo tempo de 7 minutos e, pelos 7 minutos restantes, o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Com a palavra o deputado Alan Sanches pelo tempo de 7 minutos. Pelo tempo restante, o deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. ALAN SANCHES: É tanto absurdo que o governo tem feito que não faltam palavras nem discursos para a gente trazer aqui. E olha que eu não comecei a falar de educação, não comecei falar de segurança, nem da saúde. Hoje o tema é a agricultura, a insensibilidade do governo do estado no tratamento com a agricultura.

Eu ia até ser indelicado, porque eu ia dizer que eu não sabia nem quem era o secretário da Agricultura, mas me parece que é o Tum. O secretário é Tum, que foi um colega aqui. E eu não tenho dúvida de que o secretário Tum não teve foram as condições para fazer, porque é uma decisão de governo não fazer a Fenagro. Essa decisão importante não teria apenas a anuência do secretário da Agricultura.

Quando a gente vai fazer uma avaliação: para que serve a Secretaria da Agricultura? E a gente vai ver também a SDR, essa secretaria que tem o dobro, ou mais, do orçamento da Secretaria de Agricultura. O que elas estão fazendo? Estão construindo galinheiros. Há lugares por aí que recebem 200 galinheiros, recebem 200 galinheiros para distribuir a execução pela prefeitura em diversos locais do município. Eu acho ótimo. Quanto mais estrutura a gente puder dar, melhor para a nossa população. Mas vejam como é que querem fazer o desenvolvimento da Bahia! Com a miudeza, com a miudeza só do galinheiro. Eu acho ótimo. Mais uma vez, eu defendo. Eu queria muito, a Oposição também queria, participar da indicação da colocação desses galinheiros, mas não cabe a nós. Apenas o secretário da SDR é que determina onde será colocado.

Isso não é política, isso não é política de estado, isso não é política de governo! Aí, quando chega em um momento desse em que poderia estar fazendo muito pela agricultura, o estado diz: "Não, não vai ter Fenagro". Gente, não é possível que ele não entenda a necessidade de um evento desse porte. Quando nós tivemos em Barreiras, aquele evento em Barreiras que hoje é muito grande, ao qual todo o governo do estado vai, o governador vai, mas aqui, na capital, deputado Rosemberg, na nossa capital, o

que seria a 33ª, uma coisa que a gente deve estimular, o secretário da Agricultura, com a anuência e decisão do governo do estado, diz: “Não haverá Fenagro neste ano”.

Mas quando ele diz que não haverá Fenagro, a gente não está falando apenas do evento, a gente está falando do que está por trás desse evento, dos milhões que são movimentados nesse evento de uma semana. As pessoas da agricultura, do agro, se preparam o ano todo. É uma cadeia de pessoas que estão envolvidas. São veterinários, são médicos, são empresários, são agricultores, grandes, médios e pequenos, pessoas interessadas em desenvolver a agricultura. Não é só o evento, não é só um congresso, é muito mais do que isso. Mas o governo do estado, querendo apenas fazer política na miudeza, “porque aí eu vou matar a sua fome”, de um em um, mas, no grande, ele não tem uma política de Estado.

E não venha para cá a querer emparedar, de qualquer forma, a Oposição, dizendo que o programa Bahia Sem Fome, ou qualquer coisa desse jeito, precisa dessa anuência. Demorou 10 meses, 10 meses para esse projeto chegar aqui, e não será com 5 dias que vai emparedar a Oposição.

Vamos emendar o projeto. É um projeto que carece de metas, as quais precisam ser estabelecidas. Nós queremos saber quem vai distribuir porque, até hoje, deputado Rosenberg, não foi apresentado quem participou dessa gincana. Ninguém sabe quem foi beneficiado, porque o Bahia Sem Fome... Eu cobre aqui que isso não era um programa, era uma gincana escolar de distribuir cesta básica.

Ótimo, todos nós vamos estar a favor, mas não dessa forma, para fazer política com a dificuldade das pessoas. Não permitiremos que esse programa sirva para fazer política. Primeiro, nos diga quem foi beneficiado com a distribuição de cesta básica, quem foi beneficiado. E não dizer: “Ah, foram 5 mil pessoas”. Quem foi? Quem foi? Porque ninguém sabe como era distribuído, quem eram as pessoas que poderiam se credenciar para esse programa que não era programa.

Hoje chega aqui um programa, depois de 10 meses. Era uma gincana escolar. Era uma gincana que não tinha conta, uma gincana que não tinha meta, uma gincana: “Gente, gente, venha doar, venha doar que a gente vai matar a fome”. Essa conversa existe desde o tempo do ex-governador Jaques Wagner e tinha um outro nome: Alimentação Sadia, alguma coisa assim, eu vou me recordar aqui, sei que trazia um outro nome.

E não precisa pedir cesta básica, doação a ninguém. Isso é importante não pelo recurso, deputado Rosenberg, mas para que as pessoas se sintam participando desse programa. Mas existe meio bilhão no Fundo de Combate à Pobreza que poderia estar sendo usado, o que não foi no governo passado, nem nesses 10 meses. Então, não precisa do dinheiro das pessoas, mas apenas da participação delas, porque o governo do estado já tem o dinheiro.

O Sr. Rosenberg Pinto: Um aparte, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Com o aparte o deputado Rosenberg.

O Sr. Rosenberg Pinto: Deputado Alan, primeiro, eu estou estranhando essa questão sobre a Fenagro. A Fenagro é uma feira privada, não é uma feira do estado da Bahia. A Bahia, o estado da Bahia sempre patrocina com a estrutura, com o Parque de Exposições. Lembro que, quando eu estava na Petrobras, ela era uma das

patrocinadoras da Fenagro. Então, estou estranhando o governo do estado tomar a decisão de que não vai ter Fenagro! A Fenagro é uma feira privada. Cabe ao governo do estado dizer: "Olha, eu não vou entrar com algum tipo de patrocínio", mas não é o estado o responsável por ter ou não ter a Fenagro.

Com relação ao que V. Ex.^a levantou, foi a última questão, ao Bahia Sem Fome, lógico que o projeto está chegando aí com todas as definições, e é natural... A regulamentação do projeto de lei é que vai definir efetivamente como serão dimensionadas as ações ou como serão valoradas as ações oriundas do projeto de lei.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Para concluir, deputado.

O Sr. ALAN SANCHES: Eu queria só fazer um comunicado aqui... fazer a leitura do comunicado da Fenagro, deputado Rosemberg.

(Lê) "Devido a questões administrativas, estruturais do Parque de Exposições..."

Onde o governo do estado vem, o tempo todo, fazendo entregas de carroça-pipa, de trator, de implemento de qualquer coisa, então sabe o estado que está degradado o Parque de Exposições... Então, devido a essas condições... Eu estou fazendo a leitura aqui, é o comunicado oficial.

(Lê) "(...) e, por falta de tempo hábil para superar os entraves burocráticos..."

Colocados pelo governo do estado... Não sou eu que estou dizendo, está escrito aqui.

(Lê) "(...) que se apresentam no decorrer de 2023, a Secretaria da Agricultura, Irrigação, Pesca, Aquicultura da Bahia - Seagri, comunica que não realizará..." Quem comunica é a Seagri. A Seagri é do estado.

(Lê) "(...) a 33ª edição da feira."

Quem comunica é a Seagri, secretaria do governo do estado. Então...

(Lê) "A Seagri reforça o seu compromisso em seguir apoiando feiras, exposições..." tal e tal.

A Seagri! Quem comunica é a Seagri. A Seagri é secretaria do governo. A Seagri que fez tudo para que isso não acontecesse. Mas sabem por quê? Porque não é MST, porque não é evento do MST. É só por isso. Porque, se fosse, ela faria.

Eu posso usar o tempo seguinte, se for o caso, mas eu já vou finalizar.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): A presidência será tolerante com V. Ex.^a, para concluir.

O Sr. ALAN SANCHES: Sendo assim... Para concluir, um minutinho só.

Então, o que acontece é a má vontade do governo do estado com o setor, que ele acha que é contra ele. Porque, se fosse MST, ele estaria abraçando esse movimento e esse evento.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Obrigado por sua tolerância, Vitor.

(Não foi revisto pelo orador nem pelo aparteante.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra, pelo tempo restante, ao deputado Marcinho Oliveira.

O Sr. MARCINHO OLIVEIRA: Sr. Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados, o que o deputado Alan nos relatou aqui nada mais é do que a verdade do que existe na Secretaria da Agricultura. E, pasmem, deputado Laerte, deputado

Antonio Henrique, na cidade de Euclides da Cunha, cidade onde tive o prazer de, no último sábado, estar ao lado do prefeito, Dr. Luciano, um dos melhores prefeitos do estado da Bahia, entregando uma caçamba àquela cidade, e foi levado ao conhecimento que foi realizada uma grande exposição no município de Euclides da Cunha, onde houve uma movimentação da caprino-ovinocultura muito grande, deputado Binho Galinha.

E o que acontece? Pasmem! O prefeito é aliado do governador, mas até esse momento, não foram pagas as despesas da exposição e o prefeito já foi diversas vezes, fez diversas ligações, enviou diversas mensagens e o secretário não tem o respeito de responder ao prefeito que é aliado do governo! Eu falei agora há pouco com o prefeito de Euclides da Cunha e ele tem todos os protocolos dessa exposição que foi solicitada e não houve nenhuma resposta.

O interior do estado precisa de uma ação enérgica por parte da Secretaria da Agricultura, que é responsável por 25% do nosso PIB, do estado da Bahia. Nós precisamos, sim... Não é só a ausência da Fenagro, que é uma feira de grande importância, que promove o setor da agricultura, a pecuária, destacando a importância das atividades, da economia e da produção de alimentos.

No intercâmbio de conhecimentos, os produtores e especialistas podem compartilhar informações técnicas, contribuindo para o avanço do setor. Na mostra de tecnologia, as feiras apresentam as últimas tecnologias agrícolas, pecuárias, ajudando a modernizar a produção. Na comercialização, podem vender seus produtos também, como leilões de animais, promovendo negócios, faturando milhões. Na promoção cultural, muitas feiras incluem aspectos culturais, como música, gastronomia, artesanato, enriquecendo a experiência no fortalecimento da comunidade. Elas promovem um senso de comunidade entre agricultores, criadores e produtores.

Em resumo, uma feira agropecuária desempenha um papel fundamental na promoção e educação do fortalecimento da agricultura no nosso estado. E nós estamos aqui, pasmem, Sr.^{as} e Srs. Deputados, abismados com essa decisão! Porque, na minha opinião, não falta somente vontade, falta capacidade do secretário da Agricultura em fazer a Fenagro que o povo da Bahia merece.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra ao nobre líder do Governo e da Maioria ou ao líder da Federação PT/PCdoB/PV para falar ou indicar o orador pelo tempo de 23 minutos.

O Sr. Rosenberg Pinto: Serão 3 minutos para a deputada Fabíola.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Concedo a palavra, por 3 minutos, à deputada Fabíola Mansur.

A Sr.^a Dra. FABÍOLA MANSUR: Agradeço o tempo do líder a mim concedido porque é para falar de um assunto importantíssimo, meu presidente deputado Adolfo, que chama-se Defensoria Pública, que veio hoje apresentar a sua gestão atual de expansão. Inclusive, criou, com o Interioriza Defensoria, um Econúcleo, deputado Adolfo Menezes, na sua grande cidade de Campo Formoso, uma cidade que o senhor

ama e que tem agora um Econúcleo que é para a economicidade da Defensoria, deputado Zé Raimundo.

Várias ações têm sido feitas para poder expandir e interiorizar as ações da Defensoria, através da unidade móvel de atendimento. São 63 mil quilômetros percorridos, gerando cidadania e garantia de direitos fundamentais. Quero aqui, de público, parabenizar a gestão da defensora pública-geral, Firmiane Venâncio, e todos os seus coordenadores territoriais, todos os defensores e defensoras do estado que estão em defesa dos direitos fundamentais, dos direitos humanos e levando, deputado Vitor Bonfim – nosso amigo que preside esta sessão –, levando cidadania, registrando paternidades, conseguindo regularização fundiária de territórios quilombolas, conseguindo casar ou descasar pessoas nos mais longínquos distritos.

Isso é muito importante porque a razão da Defensoria Pública é de assessoria jurídica gratuita para aqueles mais vulneráveis. E esta Casa, que defende a Bahia e os baianos, com certeza, deputada Cláudia, deputada Ivana, é parceira da Defensoria. E, lógico, precisamos valorizar os defensores e defensoras públicas porque, além de fazerem um grande trabalho, precisam ter sua carreira valorizada e reconhecida.

Então eu quero aqui saudar essa gestão, foi uma audiência pública extremamente importante, com os movimentos sociais, tanto o movimento LGBTQIA+, movimento negro, povos do terreiro, povo de santo, as mulheres, reconhecendo a defesa, deputado Fabrício, que a Defensoria tem em prol dos baianos.

E quero aqui, deputado Adolfo Menezes, nosso presidente, comunicar às nossas queridas deputadas que nós vamos ter, no dia 23 de novembro, a...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) presença da procuradora nacional da Câmara dos Deputados, deputada Soraya Santos, que acaba de nos informar, deputado Vitor, que a caravana itinerante da procuradoria especial daquela casa será na Bahia, no mês de novembro. Então aqui falando com a nossa terceira-procuradora da Assembleia Legislativa, a deputada Cláudia, temos certeza de que vamos fazer um sucesso em defesa...

(O Sr. Presidente faz soar as campainhas.)

(...) da Defensoria, dos direitos das mulheres no enfrentamento à violência política de gênero e defesa da autonomia das mulheres.

Era isso, Sr. Deputado, presidente Vitor Bonfim, muito obrigada pelo tempo a mim destinado, líder Rosenberg.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação da deputada.

(Não foi revisto pela oradora.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Ordem do Dia.

Existe um requerimento sobre a mesa.

(Lê) “*Requerimento nº 10.311/2023*

Requeiro, na forma do art. 174, inciso II do Regimento Interno, URGÊNCIA para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.084/2023 de autoria do Poder Executivo,

que ‘Institui o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, na forma que indica, e dá outras providências’.

Sala das Sessões, 24 de outubro de 2023.”

Assinado pelo líder da Maioria, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: V. Ex.^a leu o requerimento ou o colocou em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Tão somente li o requerimento.

O Sr. Alan Sanches: Pronto. Então eu gostaria de solicitar a verificação de quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): V. Ex.^a será atendido.

O Sr. Alan Sanches (fora do microfone): Não colocou em votação?

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Ainda não.

Há um pedido de verificação de quórum para continuidade da presente sessão. Solicito que a Mesa zere o painel e marque o tempo regimental de 15 minutos, conforme previsto no nosso art. 227-A do Regimento Interno.

Zerado o painel.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum. Por favor, marquem as presenças de V. Ex.^{as}.

(Intervenção fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Não. Quórum de continuidade da presente sessão.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Restabelecido o quórum, vamos dar continuidade.

Em votação o Requerimento nº 10.311/2023, que pede urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 25.084/2023, que (lê) “*Institui o Programa Bahia Sem Fome e cria a Rede de Equipamentos Integrados para o Combate à Fome, na forma que indica, e dá outras providências*”.

O Sr. Alan Sanches: Pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches: A gente vai, pelo menos, diminuir a temperatura. V. Ex.^a está aumentando a temperatura.

Eu gostaria de solicitar a verificação de quórum para votação. Quando a gente está nervoso, a gente fala mais calmo ainda, não é? E já quero informar a V. Ex.^a que vou querer encaminhar, se V. Ex.^{as} apresentarem o quórum, vou querer encaminhar o requerimento.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto: Como é um requerimento, caberá certamente um encaminhamento dos dois líderes.

Eu queria que V. Ex.^a marcasse o tempo regimental de 25 minutos para atender ao chamamento do deputado Alan, já pedindo aos deputados e deputadas para que se façam presentes para votar o requerimento do projeto de combate à fome, apresentado pelo governador Jerônimo Rodrigues a esta Casa Legislativa, na semana passada.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Solicito à Mesa que zere o painel e marque o tempo regimental de 25 minutos, tendo em vista o pedido de verificação de quórum elaborado pelo deputado Alan Sanches.

Na sequência, peço à Mesa que proceda à inscrição do deputado Alan para discutir o Requerimento nº 10.311/2023.

(O Sr. Presidente procede à verificação de quórum.) (Pausa)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Atenção, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há um pedido de verificação de quórum de votação, solicito às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que marquem presença.

(Procede-se à verificação de quórum)

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Como já há quórum de votação, restabeleço o painel.

Concedo a palavra ao líder da Minoria pelo tempo de 5 minutos para encaminhamento da votação.

O Sr. Alan Sanches: Deputado Vitor Bonfim, deputados e deputadas, já que o primeiro requerimento colocado para avaliação é desse programa de combate à fome, talvez V. Ex.^{as} não tenham conhecimento, mas eu vou recordar, refrescar a memória de V. Ex.^{as}.

Existe um fundo de combate à pobreza. Em 2019, esse fundo tinha uma receita de R\$ 946 milhões, quase R\$ 1 bilhão. Foi feita uma despesa de R\$ 888 milhões, ficou um saldo, uma sobra, em caixa de R\$ 57,5 milhões em 2019. Em 2020, a receita era de R\$ 1 bilhão, e a despesa foi de R\$ 704 milhões, ficou uma sobra, em 2020, de R\$ 297 milhões, quase R\$ 300 milhões.

Vamos para 2021. Em 2021, a receita caiu um pouco, foi para R\$ 765 milhões, e a despesa, R\$ 690 milhões, vão me acompanhando aí, tendo uma sobra de R\$ 75 milhões. Em 2022, vocês estão vendo a sobra, eu vou fazer a conta para V. Ex.^{as}, a receita era de quase R\$ 1 bilhão novamente, a despesa foi de R\$ 868 milhões, tendo uma sobra, mais uma vez, de R\$ 60 milhões.

Fazendo uma conta rápida, com essas sobras de 2019 até 2022, chegando agora em 2023, foi o que eu falei, existem hoje no caixa desse fundo de combate à fome – dinheiro não é o problema, dinheiro tem no fundo, eu estou dizendo a V. Ex.^{as} – R\$ 489 milhões, ou seja, meio bilhão de reais. E não foram utilizados.

Precisa disso? Precisa ficar solicitando que as pessoas doem cesta básica? O problema, isso está mostrado aqui, deputado Rosemberg, é o gerenciamento dos recursos. O que a gente precisa é ter um planejamento, é saber aplicar os recursos, o que está faltando talvez seja a capacidade de gerenciar esses recursos.

Vamos chamar a Prefeitura de Salvador, a gente vai dar uma aula para vocês de como fazer o gerenciamento desses recursos porque a prefeitura não tem reclamação de falta de pagamento, a prefeitura paga em dia, a prefeitura não precisa do deputado

“a”, “b” ou “c” pedindo para pagar a fatura “a”, “b” ou “c” de um serviço que já foi prestado.

Então, se V. Ex.^{as} quiserem, os deputados da Base da Oposição e da prefeitura poderão, sim, dizer como se faz um gerenciamento e um planejamento para poder utilizar bem esses recursos do governo do estado.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Não havendo mais nenhum líder...

O Sr. Samuel Junior (fora do microfone): Presidente, eu fiz a inscrição...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Líder, deputado. Só os líderes podem fazer requerimento de urgência, deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Oh, presidente, só uma questão de ordem, presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Eu farei a leitura do Regimento Interno para V. Ex.^a.

O Sr. Samuel Junior: Pronto, art. 33.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): (Lê) “Art. 33 - São prerrogativas do Líder...”

O Sr. Samuel Junior: Está falando se é líder do bloco ou se é líder de bancada?

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Líder, líder.

O Sr. Samuel Junior: Pronto, é por isso que eu estou dizendo ao senhor que o deputado Tiago é líder do bloco.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Pode.

O Sr. Samuel Junior: Pronto, então será ele que irá fazer o...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): É porque o deputado Tiago Correia não estava inscrito ainda, mas, havendo a inscrição...

O Sr. Samuel Junior: Mas eu fiz a inscrição com V. Ex.^a!

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Ah! Você falou “deputado Robinho”, mas, para encaminhar pelo tempo de 5 minutos, deputado Tiago Correia.

O Sr. Tiago Correia: Sr. Presidente, nobres colegas, subo a esta tribuna para complementar o que foi trazido pelo líder do nosso bloco, deputado Alan Sanches, no encaminhamento da votação de um projeto de natureza tão importante como esse, que visa mitigar a fome em nosso estado.

Como o deputado Alan Sanches nos trouxe, existem diversos mecanismos constituídos para o combate, a erradicação da fome, a exemplo de um fundo com muitos recursos que não foram utilizados, mostrando o total descompasso da gestão pública com a finalidade dos projetos em questão.

Nós sempre nos colocamos como críticos não ao projeto que se apresenta, mas à forma como ele foi trazido à sociedade baiana, desde o início do ano, sendo propagado como uma grande ação deste governo. Nós chegamos, em certo momento, a comparar esse programa a uma gincana escolar, pois o governo acionava instituições privadas para realizarem doações e campanhas de arrecadação, de doação, muito similares às gincanas escolares.

E esses alimentos, após arrecadados, se perdiam na gestão estadual sem sabermos para onde foram, por quem foram distribuídos, a que público atenderam e se,

de fato, cumpriram o papel primordial do programa, que é combater a fome em nosso estado.

Ora, sempre colocamos que a primeira coisa que o governo deveria fazer é saber onde estão essas pessoas, em que regiões, quem são essas pessoas, quem passa fome em nosso estado e por que se encontram nessas condições. Com certeza, no Sertão, é por um motivo; no nosso Recôncavo, é por outro. É preciso entender as particularidades de cada município, de cada região, tentar entender por que aquele cidadão, aquela cidadã baiana passa fome, qual o real motivo. Não adianta enxugar gelo, entregar uma cesta básica e deixar aquela pessoa naquela mesma condição, não é assim que se combate a fome.

Então, nós, muito preocupados, sempre nos colocamos aqui nesta Assembleia, nesta tribuna, à disposição do governo para contribuir, para trazer colaborações, para que seja criado, de fato, um programa que identifique onde estão as pessoas, por qual motivo estão naquelas condições e quais são as ações para mitigar aquelas condições.

E nós acreditamos que não é apenas distribuindo cestas básicas que nós vamos reduzir a fome em nosso estado. É preciso investir em infraestrutura, é preciso investir em educação, deputado Vitor, é preciso investir em ações que tirem essas pessoas dessas condições, e é isso que nós queremos.

Por isso que nós sempre pedimos o debate; por isso que sempre subimos aqui para contribuir e criticamos quando, de forma publicitária, o programa foi colocado como o maior programa de combate à fome, quando sabíamos que já existiam recursos destinados à execução dessas ações, e que não estavam sendo trabalhados nem utilizados da maneira correta para que se combatesse a fome em nosso estado.

Então, eu queria dizer que a Bancada da Minoria e eu, na condição de líder do Bloco PSDB/Republicanos, queremos, sim, contribuir com esse projeto, enriquecê-lo, torná-lo, de fato, um projeto que possa alcançar quem realmente passa fome, mas entendendo por que aquela pessoa, aquele cidadão chegou àquela condição.

A partir daí, poderá se elaborar políticas públicas que possam, de fato, combater, que possam dar àquelas pessoas as condições necessárias para que elas possam procurar um emprego, conseguir se manter, conseguir sair da asa do estado e não depender mais da doação de cestas básicas.

Então, é isso que eu trago, presidente Vitor Bonfim, realmente é essa contribuição, essa colaboração, para que, de fato, nós tenhamos em nosso estado, pela primeira vez, eu poderia dizer, um programa que erradique a fome, mas entendendo, elaborando esse mapa, sabendo onde estão as pessoas, por que estão, em que condições estão.

Que nós possamos, de certa forma, acompanhar a execução desse programa para que ele não se perca na publicidade e não se perca nas lideranças partidárias que, muitas vezes, estão distribuindo essas cestas sem o menor critério, atendendo a grupos políticos e desvirtuando totalmente o que, com certeza, quer o governador da Bahia, e acho que toda a sua equipe, que é, de fato, erradicar a fome em nosso estado.

Então, essa é a nossa contribuição e é para isso que estamos aqui.

Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Não havendo mais...

O Sr. Samuel Junior: Deputado Vitor, só uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Deputado Samuel Junior, só para esclarecer a V. Ex.^a, o deputado Robinho é vice-líder e o deputado Alan Sanches já usou da prerrogativa...

O Sr. Samuel Junior: Mas ele não usou da prerrogativa de líder...

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): O deputado Alan Sanches usou da prerrogativa para fazer o encaminhamento...

O Sr. Samuel Junior: O líder do partido é o deputado Marcinho, que atribuiu ao deputado Robinho.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Não. O líder do partido é o deputado Marcinho. Os vice-líderes do partido são Luciano, Júnior, Kátia e Pedro. O deputado Robinho é vice-líder da Minoria, e o deputado Alan Sanches já fez o encaminhamento como líder da Minoria.

Então, infelizmente, não é possível conceder a palavra, tendo em vista que o requerimento de urgência pode ser encaminhado tão somente pelo líder, que já fez uso da palavra.

Não havendo mais nenhum líder inscrito para encaminhar, em votação o Requerimento nº. 10.311/2023.

Em votação, no âmbito do Plenário.

Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa)

Aprovado com os votos contrários...

O Sr. Samuel Junior: Da Oposição.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): (...) dos deputados da Oposição: deputado Alan Sanches, deputado Samuel Junior, deputado Robinho e deputado Júnior Nascimento.

O Sr. Tiago Correia: Eu também votei contrariamente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): O deputado Tiago Correia também vota contra o requerimento.

O Sr. Rosemberg Pinto: Sr. Presidente, eu só quero informar, uma vez que tem um prazo para votar: vamos deixar a votação para a próxima sessão de terça-feira, atendendo a uma solicitação do deputado Samuel. Pode dizer a ele que eu não sou tão cruel como ele pensa...

O Sr. Samuel Junior: Sr. Presidente, não é que eu pedi ao senhor, não.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado Samuel.

O Sr. Samuel Junior: Eu disse ao deputado Rosemberg que, regimentalmente, é quinta-feira. Mas, para não convocar uma extraordinária e nem fazer na segunda-feira – porque, conforme as próprias palavras dele, é uma sessão irrelevante –, a gente pode fazer, nesse caso, na terça-feira, que passa a ser uma sessão relevante, conforme a orientação do líder do Governo. Então, segunda-feira, ela é irrelevante.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Muito bem, aprovado o Requerimento nº 10.311/2023 com os votos contrários dos deputados da Oposição, já citados aqui.

Não havendo mais nada a tratar...

O Sr. Robinho: Sr. Presidente, eu quero uma questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado Robinho.

O Sr. Robinho: Eu quero me dirigir aos colegas deputados. Colegas, eu quero pedir que cada um dos deputados...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Só um minuto, eu quero sugerir que cada um dos colegas deputados peça ao seu assessor para consultar no Portal Transparência Bahia, no Painel de Emendas...

(Vários deputados falam ao mesmo tempo.)

Isso é importante para vocês, deputados. Porque eu acessei o Portal Transparência Bahia e, no Painel de Emendas Parlamentares, onde detalha quanto cada deputado recebeu e, por incrível que pareça, consta que este ano eu já recebi ambulância e máquina agrícola.

Eu quero saber o que é isso! Nesse portal, consta que, no ano de 2021, eu recebi R\$ 1,8 milhão! Está na Transparência Bahia, no Painel de Emendas Parlamentares. A Justiça já me deu ganho de causa e, inclusive, o Estado não se defendeu.

Eu sugiro, então, que cada um dos colegas deputados vá lá no Painel de Emendas Parlamentares e procure ver a sua situação, porque, no meu caso, eu não recebi nenhuma ambulância, eu não recebi nenhuma máquina agrícola, mas está no painel. No Painel de Emendas Parlamentares, no Painel Transparência Bahia.

(O Sr. Júnior Muniz se aproxima do orador, apresenta um documento e se pronuncia fora do microfone.)

Não. Isso aqui é outra coisa.

Eu também quero dizer aos colegas: como nós estamos falando aqui da Fenagro, da SDR, o orçamento da Secretaria de Agricultura, este ano, até agora, o pagamento foi de R\$ 143 milhões na Secretaria de Agricultura. A Sufotur já pagou, para festas, mais de R\$ 150 milhões, e a SDR, R\$ 450 milhões. Então há disparidade da Secretaria de Agricultura, com a SDR e com festas.

Agora o mais importante, aos colegas: vão lá no Portal Transparência Bahia e olhem o que é que vocês receberam de emenda. De repente, está igual o deputado Robinho, que recebeu ambulância, recebeu máquina agrícola... Agora, eu quero saber: onde eu recebi? Onde está? Talvez, estejam sendo injustos com o colega Luciano, pois dizem que o Luciano é o recordista em receber emendas. Talvez estejam fazendo a *fake news* com o deputado Luciano. Eu posso dizer aqui que não recebi nenhuma máquina agrícola, não recebi nenhuma ambulância. E eu quero perguntar ao governador! Meu líder, me ajude a saber onde está essa máquina agrícola, onde está essa ambulância.

Um abraço a todos.

O Sr. Rosemberg Pinto: Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Questão de ordem, deputado Rosemberg Pinto. É a última questão de ordem.

O Sr. Rosemberg Pinto: Presidente, minha questão de ordem é no sentido seguinte: no dia 31, à noite, haverá uma sessão de posse, lá em Brasília, do nosso querido Ricardo Alban, ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado da Bahia, que foi eleito presidente da Confederação Nacional da Indústria.

Então, atendendo à sugestão da deputada Ivana Bastos e da deputada Fabíola Mansur, que vão a Brasília, nesta terça-feira... Elas estão sugerindo – e eu acho que está correto – que a gente vote o Projeto de Combate à Fome na próxima segunda-feira.

Então, eu quero dividir isso. E eu quero afirmar, para, na segunda-feira à tarde, fazermos, aí sim, uma sessão de votação, importantíssima, numa segunda-feira, aqui à tarde.

Obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Vitor Bonfim): Agradeço a participação de V. Ex.^a.

Solicito à Secretaria Geral da Mesa, que, após o prazo, faça a inclusão da matéria na Ordem do Dia, para que, na segunda-feira, possamos realizar a sessão de votação.

Quero ainda, antes de encerrar a sessão, me congratular com os aniversariantes dessa semana: deputado Cafú Barreto, parabéns pela passagem do seu aniversário; deputada Fabíola Mansur; e o nosso querido deputado Fabrício Falcão.

Nada mais havendo para tratar, encerro a presente sessão, agradecendo a participação de todos os Srs. Deputados e de todas as Sr.^{as} Deputadas.

Deixaram de comparecer à Sessão os(as) senhores(as) Deputados(as): Eures Ribeiro (justificado), José de Arimatéia, Niltinho, Patrick Lopes, Rogério Andrade e Soane Galvão. (06)

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias>. Acesse e leia-as na íntegra.